

Ex-ministro e pastores são presos em operação da PF

Polícia Federal investiga prática de corrupção em liberação de recursos para prefeituras com pedidos de propina até em ouro

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, os pastores evangélicos Gilmar Santos e Arilton Moura e outras duas pessoas. Batizada de Acesso Pago, a operação apura indícios de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa e tráfico de influência por suposto envolvimento em esquema para liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).

Além de prisões preventivas, a ação incluiu mandados de busca e apreensão em 13 endereços em Goiás, São Paulo, Pará e Distrito Federal, expedidos por ordem do juiz Renato Borelli, da 15ª Vara Federal Criminal do DF. Ribeiro foi detido pela manhã, em Santos (SP), e levado para a carceragem da PF na capital paulista. A audiência de custódia está prevista para hoje.

Em nota, o MEC informou que contribuiu com os órgãos de controle para que os fatos sejam esclarecidos com a maior brevidade possível e ressalta que o governo federal não compactua com qualquer ato irregular.

Em reação à operação, o presidente da República, Jair Bolsonaro, disse, em entrevista à rádio Itatiaia (MG), que Ribeiro deve responder por seus atos e que "se a PF prende, tem um motivo (...) é sinal que eu não interfiro na PF, porque isso aí vai respingar em mim, obviamente". Em 22 de março, Bolsonaro declarou que colocava "a cara toda no fogo" por seu subordinado na Esplanada dos Ministérios e afirmou que era "uma covardia" o que faziam com Ribeiro. Dias depois, aceitou o pedido de demissão de seu auxiliar.

Em 25 de março, a PF instaurou inquérito para apurar se houve favorecimento legal em repasses de verbas. A investigação foi aberta a pedido da Controladoria-Geral da União (CGU), que enviou ao órgão o resultado de sindicância interna que apontou supostas

fraudes. No final de março, Ribeiro prestou depoimento à PF. Na época, confirmou que recebeu Santos a pedido de Bolsonaro. Mas negou que tenha ocorrido qualquer tipo de favorecimento.

Conforme o jornal O Estado de S. Paulo, um "gabinete paralelo" formado por pastores no MEC garantia repasses federais com agilidade fora dos padrões. Santos e Moura comandavam a agenda do ministro e intermediavam destinação de verbas, direcionando-as para aliados políticos.

Santos é líder do Ministério Cristo para Todos, um ramo da Assembleia de Deus, com sede em Goiânia. Ribeiro já pregou no templo, durante culto denominado Ceia Geral. Braço direito de Santos, Moura atua como assessor de Assuntos Políticos da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros de Assembleias de Deus no Brasil Cristo para Todos.

Bíblias

Os encontros no MEC entre a dupla de pastores e prefeitos de várias regiões resultaram em pagamentos e empenhos (reserva de valores) de R\$ 97 milhões, dias ou semanas depois que eles promoviam as agendas.

Ao menos 10 prefeitos confirmaram terem sido abordados pelos pastores, inclusive com relatos de pedido de propina de até R\$ 40 mil, além de um quilo de ouro e compras de bíblias, em troca da articulação pela liberação das verbas do ministério. Ribeiro disse, em uma reunião com prefeitos, que atendia a reivindicações dos pastores por repasse de verbas a pedido de Bolsonaro.

Outra pessoa presa na operação da PF foi o advogado Luciano de Freitas Musse, ex-assessor de Ribeiro. Musse ficou à frente da gerência de Projetos da Secretaria-Executiva do MEC, em abril de 2021, mas foi exonerado em março deste ano, em meio às denúncias.



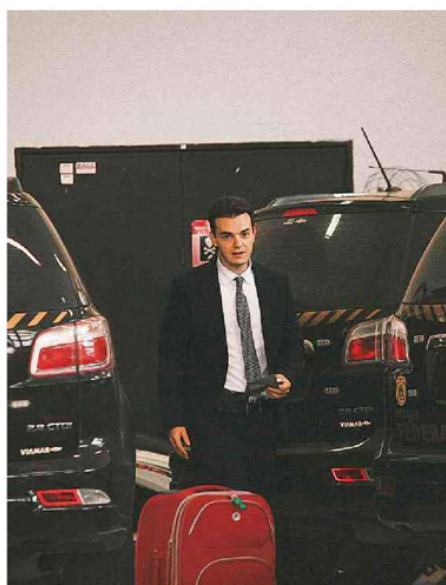
Milton Ribeiro



Gilmar Santos



Arilton Moura



Foram cumpridos mandados em três Estados e no DF (na foto, em Santos)

Contrapontos

O QUE DIZ MILTON RIBEIRO

O criminalista Daniel Bialski, que assumiu a defesa de Milton Ribeiro, classificou a detenção preventiva como "injusta, desmotivada e indiscutivelmente desnecessária". O advogado disse que pediu acesso ao inquérito, que corre sob sigilo, para entrar com pedido de habeas corpus e tentar derrubar o decreto de custódia preventiva. Segundo Bialski, os fatos que motivaram a prisão "são pretéritos e sem contemporaneidade".

O QUE DIZ ARILTON MOURA

A defesa do pastor informou que se manifestará apenas nos autos do processo.

O QUE DIZ GILMAR SANTOS E LUCIANO DE FREITAS MUSSE

Os advogados de defesa de ambos não foram localizados até o fechamento desta edição.

HUMBERTO TREZZI humberto.trezzi@zerohora.com.br

As relações no Rio Grande do Sul

Quais as conexões da ação dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura no Rio Grande do Sul? Escassas, ao que indicam as investigações da PF. Nenhuma das buscas e prisões realizadas agora passa por território gaúcho.

Em março, este colunista e o colega Carlos Rollsing revelamos, em reportagem, que os dois pastores tinham proximidade com um político gaúcho, Marcelo Brum (Republicanos) – que até aquele mês atuava como deputado federal, mas deixou o cargo porque o titular eleito retornou à Câmara Federal.

Videos, fotografias e registros em redes sociais mostram que Brum prometeu recursos, intermediou encontros com autoridades e frequentou cultos religiosos e eventos privados junto dos pastores.

Em um culto gravado em 2019, ele chegou a prometer publicamente o repasse de R\$ 200 mil em emendas para a construção de um centro do idoso para Santos. Na época em que era visto com os pastores, o parlamentar também chegou a indicar para o Rio Grande do Sul destinação de R\$ 1,5 milhão em recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas a verba não chegou a ser liberada.

Brum alega que conheceu os pastores por atuar na Frente Parlamentar Evangélica, impulsionada por eles. Nega irregularidades e se diz surpreso com elas. Está bem.

Afora essa ligação política, nada indica que os pastores tenham influenciado muito no Rio Grande do Sul. Como eles atuavam sobretudo com verbas

do Fundo da Educação, este colunista fez um levantamento. De 2019 a 2022, no governo Bolsonaro, o FNDE empenhou verbas para 17,3 mil escolas infantis no país. Desse total, apenas 321 foram para o Rio Grande do Sul. Ou seja, 1,8%.

E, ao contrário do que aconteceu sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, no Rio Grande do Sul a maioria desses empenhos aconteceu no início do governo e não após a pandemia, quando os pastores mostraram força junto ao MEC.

Em suma, o Estado que ocupa o sexto lugar em população no Brasil recebeu menos de 2% das tentativas de repasses de verbas no ministério onde os religiosos presos hoje atuavam. Tudo indica que o tráfico de influência apontado pela PF não teve força em território gaúcho.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Escândalo no MEC